

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

INTERESSE DA FENACON					
Ministério	Órgão	Tipo	Número	Ementa	Publicação
Ministério da Economia	Banco Central do Brasil	Resolução	4847	Dispõe sobre o Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquininhas), instituído pela Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.	25/8
Ministério da Economia	Banco Central do Brasil	Resolução	4846	Dispõe sobre as operações de crédito para financiamento da folha salarial ou do pagamento de verbas trabalhistas no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), instituído pela Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020.	25/8
Presidência da República	Presidência da República	Decreto	10.470	Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.	24/8
Presidência da República	Presidência da República	Lei	14.045	Altera a <u>Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020</u> , para instituir linha de crédito destinada aos profissionais liberais que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo <u>Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020</u> , e a <u>Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009</u> , para criar o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Microempresas e para Pequenas e Médias Empresas e o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo.	21/8

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República	Presidência da República	Lei	<u>14.043</u>	Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as <u>Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020</u> ; e dá outras providências.	20/8
Presidência da República	Presidência da República	Lei	<u>14.042</u>	Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); altera as <u>Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 13.999, de 18 de maio de 2020</u> ; e dá outras providências.	20/8
Ministério da Economia	Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade.	Portaria	<u>19.492</u>	Prorroga por três meses o prazo para formalização de operações de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).	19/8
Ministério da Economia	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Secretaria Especial da Receita	Portaria Conjunta	<u>25</u>	Dispõe sobre a suspensão dos prazos para prestação das informações de que trata a Portaria MDIC nº 113, de 17 de maio de 2012, e a Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1908, de 19 de julho de 2012. (SISCOSERV).	1/7
Ministério da Economia	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	Portaria	<u>18.731</u>	Estabelece as condições para transação excepcional de débitos do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).	7/8

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República	Presidência da República	Lei Complementar	174	Autoriza a extinção de créditos tributários apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), mediante celebração de transação resolutiva de litígio; e prorroga o prazo para enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade.	6/8
Ministério da Economia	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	Portaria	18.560	Altera a Portaria SEPRT nº 10.486, de 22 de abril de 2020, para dispor sobre os procedimentos operacionais relativos ao cumprimento de exigências e à interposição de recursos administrativos em face de decisões relativas ao Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - BEm, de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020 (Processo nº 19965.107128/2020-85).	5/8
Ministério da Economia	Secretaria Especial da Previdência e Trabalho	Portaria	17.593	Dispõe sobre os procedimentos administrativos para o registro de entidades sindicais pelo Ministério da Economia. (Processo nº 19964.103497/2020-17).	27/7
Ministério da Economia	Banco Central do Brasil	Resolução	4838	Dispõe sobre operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas pelas instituições que especifica.	22/7
Presidência da República	Presidência da República	Decreto	10.425	Dispõe sobre o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e sobre o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo.	17/7

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Ministério da Economia	Secretaria Especial da Receita	Portaria	1191	Altera a Portaria RFB nº 978, de 8 de junho de 2020, que dispõe sobre o fornecimento de informações para fins de análise para a concessão de créditos a microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.	16/7
Presidência da República	Presidência da República	Medida Provisória	992	Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	16/7
Ministério da Economia	Secretaria Especial da Receita	Instrução Normativa	1965	Prorroga o prazo de apresentação da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) referente ao ano-calendário de 2019 e referente aos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação ocorridos no período entre janeiro e abril do ano-calendário de 2020.	15/7
Presidência da República	Presidência da República	Lei	14.025	Altera excepcionalmente as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos que especifica e ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.	15/7
Ministério da Economia	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	Portaria	16.655	Disciplina hipótese de recontratação nos casos de rescisão sem justa causa, durante o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. (Processo nº 19965.108664/2020-06).	14/7

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República	Presidência da República	Decreto	10.422	Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.	14/7
Presidência da República	Presidência da República	Lei	14.020	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.	7/7
Presidência da República	Presidência da República	Decreto	10.414	Altera o <u>Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007</u> , que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.	3/7
Ministério da Economia	Secretaria Especial da Receita	Portaria	1079	Altera a Portaria RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, que autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) a disponibilizar acesso, para terceiros, dos dados e informações que especifica.	29/6
Ministério da Economia	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	Portaria Conjunta	20	Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais). (Processo nº 19966.100581/2020-51).	19/6

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Ministério da Economia	Secretaria Especial da Receita	Portaria	1039	Altera a Portaria RFB nº 978, de 8 de junho de 2020, que dispõe sobre o fornecimento de informações para fins de análise para a concessão de créditos a microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.	19/6
Presidência da República	Presidência da República	Medida Provisória	983	Dispõe sobre as assinaturas eletrônicas em comunicações com entes públicos e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos.	17/6
Ministério da Economia	Gabinete do Ministro	Portaria	245	Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.	17/6
Ministério da Economia	Secretaria Especial de Desburocratização	Instrução Normativa	81	Dispõe sobre as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas, bem como regulamenta as disposições do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.	15/6
Presidência da República	Presidência da República	Medida Provisória	982	Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital.	13/6
Ministério da Economia	Secretaria Especial da Fazenda	Instrução Normativa	1959	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, que dispõe sobre normas sobre restituição, compensação, resarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).	12/6
Presidência da República	Presidência da República	Lei	14.010	Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).	12/6

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República	Presidência da República	Medida Provisória	975	Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a <u>Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009</u> , e a <u>Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020</u> . <u>RETIFICAÇÃO. CONVERTIDA EM LEI</u>	2/6
Presidência da República	Presidência da República	Lei	13.999	Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as <u>Leis nos 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999</u> .	19/5
Ministério da Economia	Comitê Gestor do Simples Nacional	Resolução	155	Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de pagamento de parcelas e de formalização de opção no âmbito do Simples Nacional, em razão da pandemia da Covid-19.	18/5
Ministério da Economia	Secretaria Especial da Receita	Portaria	849	Altera a Portaria RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, que autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) a disponibilizar acesso, para terceiros, dos dados e informações que especifica.	15/5
Ministério da Economia	Secretaria Especial da Receita	Instrução Normativa	1950	Prorroga o prazo de apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2019.	13/5
Ministério da Economia	Gabinete do Ministro	Portaria	201	Prorroga os prazos de vencimento de parcelas mensais relativas aos programas de parcelamento administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em decorrência da pandemia da doença causada pelo coronavírus 2019 (Covid-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).	12/5

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Ministério da Economia	Conselho Curador do FGTS	Resolução	961	Estabelece regra, excepcional e transitória, para os parcelamentos de débitos do FGTS, e altera a Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, que estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS.	7/5
Presidência da República	Presidência da República	Medida Provisória	959	Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga a vacatio legis da <u>Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018</u> , que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.	29/4
Ministério da Economia	Secretaria Especial da Receita	Instrução Normativa	1942	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, que dispõe sobre a determinação e o pagamento do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas e disciplina o tratamento tributário da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins no que se refere às alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.	28/4
Ministério da Economia	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	Resolução	958	Regulamenta a alienação ou cessão fiduciária do direito ao saque aniversário da conta vinculada do FGTS, de que trata o § 3º do art. 20-D da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.	27/4
Presidência da República	Presidência da República	Medida Provisória	958	Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus (covid-19). PERDEU A VALIDADE.	27/4

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Ministério da Economia	Secretaria Especial da Fazenda	Resolução	01	<p>O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO PIS-PASEP resolve:</p> <p>Art. 1º Ficam interrompidos os pagamentos de cotas e rendimentos no Fundo PIS-PASEP a partir de 01 de maio de 2020.</p> <p>Art.2º Ficam revogadas as disposições em contrário no calendário de pagamentos de rendimentos do exercício 2019/2020.</p> <p>Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.</p>	16/4
Presidência da República	Presidência da República	Medida Provisória	951	Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências. REPÚBLICAÇÃO . PERDEU A VALIDADE.	15/4
Ministério da Economia	Secretaria Especial da Receita	Ato Declaratório Executivo	14	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para o preenchimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) nos casos em que especifica.	15/4
Ministério da Economia	Secretaria de Governo Digital	Instrução Normativa DREI	79	Dispõe sobre a participação e votação a distância em reuniões e assembleias de sociedades anônimas fechadas, limitadas e cooperativas.	15/4
Presidência da República	Casa Civil	Resolução	02	Altera a Resolução nº 1, de 13 de abril de 2020, para dispor sobre a composição do Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19.	15/4
Presidência da República	Presidência da República	Decreto	10.318	Reduz temporariamente as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre os produtos que menciona.	9/4

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Ministério da Economia	Secretaria Especial da Receita	Instrução Normativa	1935	Altera o Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.077, de 29 de outubro de 2010, que dispõe sobre o Centro Virtual de Atendimento da Secretaria da Receita Federal (e-CAC).	8/4
Ministério da Economia	Gabinete do Ministro	Portaria	148	Revoga as portarias que menciona.	8/4
Ministério da Economia	Gabinete do Ministro	Portaria	150	Altera a Portaria ME nº 139, de 3 de abril de 2020, que prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.	8/4
Ministério da Cidadania	Gabinete do Ministro	Portaria	351	Regulamenta os procedimentos de que trata o Decreto nº 10.316/2020, a respeito do Auxílio Emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.	7/4
Presidência da República	Presidência da República	Decreto	10.316	Regulamenta a <u>Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020</u> , que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	7/4
Presidência da República	Presidência da República	Medida Provisória	946	Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela <u>Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975</u> , transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. PERDEU A VALIDADE.	7/4

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Ministério da Economia	Banco Central do Brasil	Circular	3997	Altera a Circular nº 3.916, de 22 de novembro de 2018, que define e consolida as regras do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, para estabelecer dedução da exigibilidade do recolhimento compulsório de parcela dos financiamentos concedidos no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído pela Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020.	7/4
Ministério da Economia	Banco Central do Brasil	Resolução	4800	Dispõe sobre as operações de crédito para financiamento da folha salarial realizadas, pelas instituições financeiras, no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído pela Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020.	7/4
Ministério da Economia	Secretaria Especial da Receita	Instrução Normativa	1932	Prorroga o prazo da apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições)	3/4
Ministério da Economia	Secretaria Especial da Fazenda	Resolução	154	Dispõe sobre a prorrogação de prazos de pagamento de tributos no âmbito do Simples Nacional, em razão da pandemia da Covid-19.	3/4
Ministério da Economia	Gabinete do Ministro	Portaria	139	Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.	3/4
Presidência da República	Presidência da República	Decreto	10.311	Institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos. RETIFICAÇÃO	3/4

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República	Presidência da República	Medida Provisória	944	Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. REPÚBLICAÇÃO . CONVERTIDA EM LEI .	3/4
Presidência da República	Presidência da República	Lei	13.982	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	2/4
Ministério da Economia	Secretaria Especial de Fazenda	Instrução Normativa	1931	Suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19).	2/4
Presidência da República	Presidência da República	Medida Provisória	936	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. CONVERTIDA EM LEI .	1/4

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Ministério da Economia	Secretaria Especial de Fazenda	Instrução Normativa	1930	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.924, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2020, ano-calendário de 2019, pela pessoa física residente no Brasil.	1/4
Presidência da República	Presidência da República	Medida Provisória	932	Altera as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos que especifica e dá outras providências. CONVERTIDA EM LEI.	31/3
Ministério da Economia	Caixa Econômica Federal	Circular	898	Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2020, e dá outras providências.	31/3
Ministério da Economia	Secretaria Especial de Fazenda	Portaria	519	Altera a Portaria RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, que autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) a disponibilizar acesso, para terceiros, dos dados e informações que especifica.	31/3
Ministério da Economia	Caixa Econômica Federal	Circular	896	Publica a versão 10 do Manual FGTS Movimentação da Conta Vinculada como instrumento disciplinador do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	27/3
Ministério da Economia	Secretaria Especial de Fazenda	Resolução	153	Prorroga, excepcionalmente, prazos de declarações do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).	26/3
Presidência da República	Presidência da República	Decreto	10.292	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.	26/3

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Ministério da Economia	Caixa Econômica Federal	Circular	893	Dispõe sobre a suspensão da exigibilidade do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS referente às competências março, abril e maio de 2020, diferimento dos respectivos valores sem incidência de multa e encargos, regularidade do empregador junto ao FGTS e dá outras providências.	25/3
Presidência da República	Presidência da República	Medida Provisória	928	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020. PERDEU A VALIDADE.	23/3
Presidência da República	Presidência da República	Medida Provisória	927	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. PERDEU A VALIDADE.	22/3
Presidência da República	Presidência da República	Decreto	10282	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais - Repúblicação. Retificação .	20/3
Congresso Nacional	Congresso Nacional	Decreto Legislativo	06	Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.	20/3

COVID-19 – ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Ministério da Economia	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	Portaria	<u>333</u>	Disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	20/3
Ministério da Economia	Secretaria Especial de Fazenda	Resolução	<u>152</u>	Prorroga o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional.	18/3

Atualizado em 25/08/2020